



VII Colóquio Internacional São Cristóvão/SE / Brasil
"Educação e Contemporaneidade" 19 a 21 de setembro de 2013
ISSN 1982-3657



POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO: os cursos de formação de professores na modalidade da Educação a Distância pós-LDB 9394/96

Jussara Borges da Silva[1]

EIXO TEMÁTICO: 1 Educação e Políticas Públicas

Resumo: este artigo discute as políticas de formação de professores na modalidade da educação a distância. A intenção, dada à complexidade e abrangência do tema, é inicialmente investigá-lo a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/1996, situando o período de estudo em um contexto mais amplo de entendimento. Busca problematizar as políticas de formação de professores nessa modalidade, procurando compreendê-las no contexto das reformas educacionais pós-LDB em articulação com as transformações políticas e econômicas em desenvolvimento no país. A escolha desta temática se deve ao fato de que nas duas últimas décadas no Brasil esforços foram concentrados na área educacional com o objetivo de promover novas discussões acerca da Educação a Distância, cuja relevância acentuou-se a partir da promulgação da LDB nº 9.394/96. Por fim, o texto procura ressaltar algumas indagações sobre como vem sendo pensadas estas políticas ao longo desse período no cenário educacional.

Palavras-chave: Educação a Distância. Reformas Educacionais. Formação de Professores.

PUBLIC POLICIES IN EDUCATION: training courses for teachers in the form of distance education post-LDB 9394/96

Abstract: This article discusses the political training of teachers in the form of distance education. The intention, given the complexity and scope of the topic, is initially investigate it after the promulgation of the Law of Guidelines and Bases of Education (LDB) n ° 9.394/1996, situating the study period in a broader context of understanding. Raises questions about the policies of teacher training in this modality, trying to understand them in the context of educational reforms after LDB in conjunction with the political and economic development in the country. The choice of this topic is due to the fact that in the last two decades in Brazil efforts were concentrated in education in order to promote further discussions of Distance Education, whose relevance has arisen since the enactment of the LDB No. 9.394/96. Finally, this article seeks to highlight some questions about how these policies has been thought over this period in the educational setting.

Keywords: Distance education. Educational reforms. Teacher training.

Introdução

Muitos são os desafios para as políticas educacionais no Brasil, principalmente quando se trata de políticas de formação de professores. Ao se pensar nessas políticas de formação docente é preciso não apenas garantir a formação adequada desses profissionais, mas levar em consideração os diversos fatores e desafios que compõem a formulação e implantação desses cursos, uma vez que essa formação impacta diretamente o trabalho cotidiano destes profissionais nas escolas de todo o país.

Para tentar traçar algumas reflexões sobre as políticas de formação de professores procurou-se delimitar o campo de debate situando-o,

principalmente, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) lei n. 9394/96. A ênfase situa-se também no curso de Pedagogia ofertado pela modalidade a distância. Inicialmente, procurou-se fundamentar o debate sobre as políticas de formação de professores na modalidade a distância de modo a inseri-las na dinâmica do movimento da sociedade principalmente nas duas últimas décadas.

A discussão acerca das políticas públicas em educação tem sido objeto de debate desde a segunda metade do século XX (OLIVEIRA, Dalila, 2011). A preocupação com a educação e em decorrência com a formação de professores sinalizam sobre o modo como as políticas públicas educacionais são formuladas e implementadas em determinados contextos adquirindo significado específico a depender do espaço e do momento em que são desenvolvidas. Nesse sentido, Dalila Oliveira (2011, p. 326) assinala que

As reformas educacionais dos anos de 1990, no Brasil, tiveram como grande foco a gestão, buscaram por meio da descentralização administrativa, financeira e pedagógica promover a ampliação do acesso a educação básica no país a partir de uma lógica racional, que tinha como paradigma os princípios da economia privada.

Assim como apontado por Dalila Oliveira (2011), na década de 1990, no contexto das reformas educacionais, principalmente a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), do Plano nacional de Educação (PNE) e do Fundo de manutenção Desenvolvimento da Educação e da Valorização dos profissionais da Educação Básica (FUNDEB), algumas iniciativas foram tomadas pelo governo para tentar minimizar a fragmentação das políticas docentes no país, bem como os descompassos entre os programas de formação para o magistério a cargo das instituições de ensino superior e as demandas da educação básica em busca de assegurar uma educação de “qualidade” como direito de todos.

Dentre essas iniciativas, a partir do Art. 87, § 3, inciso III da LDB 9.394/96 que atribuiu a cada Município, e supletivamente ao Estado e União, a incumbência de “realizar programas de formação para todos os professores em exercício, utilizando para isso os recursos da educação a distância”, os cursos de formação de professores na modalidade da Educação a Distância (EaD) tomou grande proporção aumentando significativamente nas últimas décadas. Segundo Preti (2009, p. 26),

No contexto da crise estrutural do capitalismo, a conjuntura econômica, política e tecnológica tornou favorável a implementação da EaD. Ela passou a ocupar posição instrumental estratégica para satisfazer amplas e diversificadas necessidades de qualificação das pessoas adultas, para contenção de gastos nas áreas de serviços educacionais e, no âmbito ideológico, para traduzir a crença de que o conhecimento está disponível a quem quiser.

Como alternativa economicamente viável para formar milhões de trabalhadores em um curto período de tempo e com gastos mínimos, se relacionada com a educação presencial, a EaD iniciou seu processo de expansão, tomando grande proporção, principalmente, nos cursos de Formação de Professores, possibilitando calorosas discussões sobre essa temática que ganha novos contornos (conjunturais, políticos, ideológicos e pedagógicos) ao ser associada à modalidade a distância.

As discussões sobre a expansão dos cursos de Formação de Professores na modalidade da Educação a Distância apresentam contradições sobre a qualidade dessa formação em nível superior, principalmente quanto se trata da formação inicial. Autores como Campos (2004), Freitas (2007), apontam para a institucionalização da formação superior em programas de educação a distância, aliada a utilização de novas tecnologias como o centro da política de formação, demonstrando que esta iniciativa, no entanto,

provocaram movimentos diferenciados, contraditórios, no desenvolvimento e materialização da organização curricular em cada Instituto de Educação Superior (IES), dependendo das concepções norteadoras dos currículos e da história e trajetória das relações entre áreas específicas da licenciatura e as faculdades/ centros e departamentos de educação (FREITAS, 2007, P.1211)

Assim como aponta a autora, pesquisas recentes também tem demonstrado o crescimento dos cursos de formação de professores na modalidade EaD, principalmente Pedagogia, pois como demonstra os dados apresentados no Resumo Técnico do Censo da Educação Superior de 2009 (BRASIL/ MEC/ INEP, 2010), observa-se que entre os dez maiores cursos de graduação em termos de matrículas, o curso de Pedagogia, que forma docentes para atuar na educação infantil e nos primeiros anos do ensino fundamental, situa-se em 3º lugar, com 9,6% das matrículas, estando em 1º lugar, quanto ao número de matrículas em EaD, com 34,2% do total. O que representa o aumento significativo dessa modalidade de educação no campo da formação de professores no Brasil Será um avanço ou retrocesso nessas políticas

Questões como essas precisam ser pensadas haja vista o amplo número de docentes atuantes nas escolas públicas com formação nessa modalidade de ensino e sua expansão em todo o país pós – LDB 9.394/96. Faz-se necessário refletir sobre como os cursos de Formação docente estão sendo pensados para que estes não sejam norteados apenas pela racionalidade instrumental em que há a subordinação do ensino superior às regras do mercado, pela competição na busca de financiamentos para suas atividades, vinculadas à sua autonomia para obtenção e gestão de recursos, ou muito menos focalizados apenas em necessidades pontuais deste segmento.

Política de Formação de Professores e Educação a Distância: algumas considerações

Há mais de duas décadas o tema das Políticas de Formação de Professores vem sendo colocado na pauta de encontros, congressos, simpósios educacionais e nas diretrizes da política nacional e de organismos internacionais. As temáticas discutidas acerca da constituição da profissionalização docente são diversas, tomando diferentes roupagens a depender do contexto histórico onde é debatido.

Nos últimos anos, percebe-se um aumento significativo nas pesquisas sobre Formação de Professores. O mapeamento de pesquisas acadêmicas realizadas por André (2009) mostra um aumento significativo de teses e dissertações que tinham como foco a Formação de Professores, passando de 7% em 2000 para 22% no ano de 2007. A mudança não ocorreu apenas no volume de pesquisas, mas também no foco de estudo. Segundo André (2009), nos anos 1990 a grande maioria das investigações científicas centrava-se nos cursos de formação inicial (75%) ao passo que a partir de 2000, o foco dirige-se ao professor e aos seus saberes, às suas práticas, às suas opiniões, chegando a 53% do total de estudos.

Estes estudos (IMBERNÓN, 2000; GATTI, 2009,2010) mostram a preocupação com a educação e, em decorrência, com as políticas de Formação de Professores e as suas condições de trabalho considerando os novos ordenamentos estruturais do mundo contemporâneo. O modo como essas políticas de formação dos docentes são formuladas e implantadas em nosso país nos diferentes contextos históricos, demonstra como a política docente no Brasil vem sendo pensada no país.

Cada vez mais, os docentes trabalham em uma situação em que a distância entre a idealização da profissão e a realidade de trabalho tende a aumentar, uma vez que, a situação solicita que esse profissional esteja preparado para exercer uma prática contextualizada, atenta às especificidades do momento, ao uso das tecnologias, dentre outros fatores, que os induzirão numa busca constante de novas formas para atender as demandas atuais.

Não basta apenas que os cursos de Formação de Professores, especialmente pedagogia, proporcionem conhecimentos meramente técnicos ou descontextualizados da realidade atual, mas uma prática (GATTI, 2007) que depende não apenas de conhecimentos e de competências cognitivas no ato de ensinar, mas também de valores e atitudes favoráveis a uma postura profissional aberta para os desafios que se apresentam.

Anísio Teixeira, desde 1952, quando assumiu a direção do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) já sinalizava para a importância de rever as políticas educacionais com seriedade. Segundo Teixeira (1999, p. 37 apud GARCIA, W., 2011, p.396)

[...] precisamos voltar à ideia de que há passos e etapas, cronologicamente inevitáveis, para qualquer progresso. Assim é que não podemos fazer escolas sem professores, seja qual for o nível das mesmas [sic], e, muito menos, ante a falta de professores, improvisar, sem recorrer a elementos de um outro meio, escolas para o preparo de tais professores. Depois não podemos fazer escolas sem livros. E tudo isso estamos fazendo, invertendo, de modo singular, a marcha natural das coisas.

Pensar sobre essa problemática colocada por Anísio ainda se faz necessária na sociedade atual visto que as políticas educacionais precisam se desenvolver para além do imediatismo e da visão mercadológica e economicista. É necessário que as políticas de formação docente ofereçam cursos que realmente prepare estes profissionais para atuarem com as exigências que o cenário atual exige.

Nesse contexto, com a necessidade de se formar muitos professores num curto espaço de tempo, na década de 1990, principalmente pós-LDB, ressurgiu no cenário nacional a Educação a distância como melhor empreendimento para dar conta dessa demanda. Entretanto, a educação a distância vem sendo utilizada como política educacional desde a implantação do regime militar em 1964 em um contexto no qual o Estado se descomprometeu gradativamente de financiar a educação pública e gratuita, comprometendo-se cada vez mais com o capital privado e as intervenções dos organismos internacionais.

Não se trata, pois de algo novo, inovador ou diferente. É uma modalidade que vem acontecendo há muito tempo, utilizando os meios

disponíveis e adequados em cada época para atingir uma determinada população. Mas, o que se percebe, nestas duas últimas décadas, é uma expansão desta modalidade em todos os continentes (PRETI, 2009).

Praticamente em quase todos os países têm-se criado universidades ou sistemas em EaD e, apesar de causar polêmicas, tem sido recebida com aplausos e críticas, preconceitos e resistências.[2] Dessa forma, a EaD é institucionalizada pelos próprios governos como a modalidade que melhor estaria em condições de cumprir esta tarefa de maneira rápida, atingindo número expressivo de trabalhadores e dentro de uma racionalidade econômica superior à modalidade presencial.

Tal medida possibilitou o aumento significativo dos cursos de Formação de Professores na graduação a Distância, pois, segundo dados do Ministério da Educação (MEC) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Nacionais Anísio Teixeira (Inep), o número de matrículas nos cursos de Pedagogia para a Educação a Distância aumentou de 19.246 em 2002 para 277.008 em 2009, ao passo que na graduação presencial para este mesmo curso caiu de 317.881 em 2002 para 278.439 em 2009 (BRASIL, 2011). Tais dados demonstram o acelerado ritmo em que se encontram os cursos de formação de professores na modalidade a distância ao passo que, diminuí as matrículas nos cursos presenciais.

Estratégias políticas privilegiadas

Compreender as políticas docentes no país se torna complexo, não só pelo seu tamanho continental, como também pela pluralidade decorrente dos governos e das ações políticas que estiveram em vigência nos últimos anos. Frequentemente, os vários segmentos da sociedade ao lado de movimentos, organizações civis e entidades científicas e profissionais têm debatido sobre o desempenho da educação básica e, conseqüentemente, sobre a formação docente, no intuito de melhorar a qualidade da educação brasileira.

Para tanto, ao se pensar em Políticas de Formação de Professores, independentemente da modalidade de ensino assumida, é necessário, antes de tudo, pensar na qualidade dessa formação que estão sendo oferecidas nos cursos de licenciatura. Segundo Daniela Oliveira (2010, p. 245)

os cursos de formação docente, independente da natureza, devem organizar suas propostas pedagógicas de acordo com as diretrizes nacionais para a formação de professores. Tais diretrizes pretendem superar uma concepção técnico-instrumental, marcada pela distância entre o objeto de estudo, sua expressão escolar e a realidade, pelo tratamento inadequado e hierarquizado dos conteúdos, pela desconsideração das especificidades próprias de cada nível ou modalidade de ensino.

Daniela Oliveira (2010) chama a atenção para a importância da organização curricular dos cursos com base nas Diretrizes, uma vez que estas definem os princípios norteadores para organização e funcionamento dos cursos, os quais devem ser legitimados pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior.

Seguindo essa perspectiva, os debates a respeito da EaD, que acontecem no País, sobretudo, na última década, têm oportunizado reflexões importantes a respeito da necessidade de ressignificações de alguns paradigmas que norteiam nossas compreensões relativas à educação, escola, currículo, estudante, professor, avaliação, gestão escolar, dentre outros.

Atualmente, alguns autores como Antônio Nóvoa (1992), Donald A. Schön (2002), Philippe Perrenoud (2000), entre outros, tem dado maior relevância ao fato de que a formação profissional não é apenas algo relacionado ao domínio de novas técnicas, nem de novos paradigmas teóricos, mas também, de uma questão de se compreender os valores, as definições éticas e as visões do homem sobre a educação e o mundo em que esses docentes estão inseridos ao longo de suas vidas profissionais e pessoais.

Precisamos compreender a educação numa dimensão para além do imediatismo, da instrumentalidade. É fundamental e urgente considerá-la em toda sua plenitude, buscando a formação do indivíduo na sua totalidade. Todavia, com a urgência em qualificar um grande número de educadores para uma população escolar crescente sem o correspondente investimento financeiro do governo, corre-se o risco das políticas de Formação de Professores favorecerem a improvisação, o aligeiramento e desregulamentação no preparo dos profissionais de educação.

Assim como não basta o domínio de conteúdos específicos ou pedagógicos para alguém se tornar um bom professor, também não é suficiente estar em contato apenas com a prática para se garantir uma formação docente de qualidade. É preciso, pois, que não se perca de vista o papel essencial do professor como fundamental no desenvolvimento de políticas que tenham como objetivo a melhoria da qualidade da oferta educacional e não apenas como um mero prestador de serviços.

Nesta perspectiva, percebe-se que a flexibilidade é uma característica integrante a todos os níveis educacionais na atualidade, manifestando-se no nível superior. na oferta de uma maior diferenciação de instituições de ensino. com variações nas suas identidades.

de modo a atender os diversos públicos que vão desde as diferenças regionais até o setor produtivo. Assim, como expõe Garcia (Dirce, 2008, p.05) “amplia-se o leque de possibilidades de escolha por um curso superior, haja vista haver uma disponibilidade muito grande de ofertas de cursos para diferentes tipos de ‘consumidores’”.

Essa ampliação das possibilidades de escolha do curso superior, para uma grande parcela da sociedade, só foi possível por conta da educação a distância, principalmente para os cursos de formação de professores, haja vista os diversos fatores que corroboram para a expansão da EaD. A Educação a distância vem sendo utilizada, no curso das reformas ocorridas nas últimas décadas, por diferentes governos e com os mais diversos interesses, como modalidade estratégica para promover reformas educacionais. Corroborando com essa afirmação, Silva (2011, p. 339) aponta que

Desde 1994, havia a intenção de se utilizar a educação a distância para a capacitação dos professores, e por meio dela, alcançaria dois objetivos: um, a abertura e estímulo às empresas internacionais do ramo de tecnologia e equipamentos para ampliar seu mercado por meio da venda de produtos e da oferta de serviços; e outro, o aparente atendimento às reivindicações docentes, afinal, oferecia treinamento rápido, a distância com a implantação da TV escola, além do barateamento da formação continuada por meio de canais oficiais.

O que precisa ser pensado é que em vez da EaD ser uma modalidade de ensino capaz de ampliar a educação superior para além da esfera abrangida pela educação presencial, como foi pensado inicialmente, ela se torna concorrente da presencial, se tornando até, para certos cursos, como é o caso do curso de Pedagogia, uma ameaça, pois pode praticar preços menores, além de oferecer outras facilidades práticas, ligadas ao tempo, ao espaço e aos métodos de aprendizagem.

Nesse sentido, ao se refletir sobre as políticas de implantação e funcionamento da educação a distância se faz necessário pensá-la a partir de quatro aspectos distintos, mas extremamente articulados, como bem expõe Daniela Oliveira (2009, p. 01). Quais sejam:

Na perspectiva didático-pedagógica, com o estabelecimento de parâmetros de qualidade do ensino a partir do desenvolvimento de competências, habilidades, atitudes e hábitos relativos ao estudo, à profissão e a própria vida das pessoas; na perspectiva econômica, através da elevação mínima do patamar de conhecimento científico da futura força de trabalho (simples e complexa) de acordo com as exigências do novo paradigma produtivo; no plano político, significando a afirmação do consenso em torno do padrão neoliberal [...] legitimando o novo modelo de participação na sociedade e a despolitização dos sujeitos coletivos; na perspectiva social, representando solidificação do novo individualismo como valor moral radical, a valorização do mercado enquanto regulador das relações sociais e na ressignificação das noções de igualdade e de liberdade, garantindo os fundamentos da nova cidadania.

Esses quatro aspectos apontados por Oliveira (2009) ajuda-nos a compreender a emergência da EaD no ensino superior para atender as demandas da educação a partir das reformas da década de 1990, mediadas na perspectiva do princípio educativo de que não se pode pensar em Educação a distância sem compreendê-la não apenas como “modalidade de ensino”, mas enquanto estratégia política privilegiada para a expansão da educação superior, em especial para a formação de professores.

A educação a distância representa um mercado extremamente promissor, visto a ideia política de apropriação dessa modalidade como forma de cumprir as exigências apontadas na LDB 9.394/96, bem como oferecer um barateamento na oferta dos cursos já que atinge muito mais pessoas com muito menos recursos, num espaço de tempo bem menor do que a educação presencial. Entretanto Barroso (2005, p. 743) aponta que,

à tentativa de criar mercados (ou quase-mercados) educativos transformando a ideia de “serviço público” em “serviços para clientes”, onde o “bem comum educativo” para todos é substituído por “bens” diversos, desigualmente acessíveis. Sob a aparência de um mercado único, funcionam diferentes submercados onde os “consumidores” de educação e formação, socialmente diferenciados, vêm-lhes serem propostos produtos de natureza e qualidade desiguais.

Alguns estudiosos (FREITAS, 2007; OLIVEIRA, Daniela, 2009) apontam que a expansão dessa modalidade de ensino é parte da política de Estado, inspirada nas recomendações dos órgãos Internacionais (BANCO MUNDIAL, 1997), advindas do relatório feito para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre a educação para o século XXI. Esses estudos demonstram que a ênfase na educação a distância como política pública para formação de professores respondeu a pelo menos dois pressupostos importantes: “a possibilidade de minimizar rapidamente a falta de qualificação dos professores e a de ampliar o acesso à educação superior” (OLIVEIRA, Daniela, 2009, p. 16).

Assim como Daniela Oliveira (2009), Garcia (2011, p. 397) chama a atenção para os múltiplos significados que “essa parceria da área educativa com os bancos especialmente com o Banco Mundial- no decorrer do tempo, viria a confirmar, com maior ênfase, a

predominância dos assuntos de natureza financeira sobre as questões educacionais”. O que é preciso pensar ao se delimitar as políticas públicas para essa modalidade é a qualidade dos cursos ofertados levando em consideração as legislações vigentes como é o caso das Diretrizes Curriculares, principalmente por se tratar da formação para lidar com seres humanos das mais diversas realidades e bagagens culturais. Não é apenas a simples qualificação, ou melhor, “certificação” desses profissionais, mas o aporte de uma série de demandas necessárias para ser um bom profissional no seu campo de atuação.

Breves considerações

Apesar de ter ocorrido alguns avanços principalmente a partir da década de 1990 nas políticas educacionais bem como nas políticas de formação de professores, diversos estudos apontam ainda para os desafios e contradições que permeiam esse campo de estudo. Quando se pensa em educação, “não é possível pensar em oferecer uma educação de qualidade que permita a melhoria da inserção social das futuras gerações sem elevar os custos dessa oferta” (OLIVEIRA, Dalila, 2011, p.334). Investimento, melhoria na formação docente, nas condições de trabalho, dentre muitos outros fatores, são pilares necessários para a melhoria da qualidade da educação.

É preciso e urgente, acima de tudo, compreender as políticas de formação docente na sua totalidade para se compreender o papel da educação na formação do homem atual, e o papel do professor enquanto intelectual responsável por difundir essa educação na escola. A essa discussão integra-se o debate em torno de concepções de sociedade, de educação, de formação, enfim, de sociabilidade que permeia toda a reforma educacional brasileira bem como da necessidade de pesquisas e análises sobre questões como essas para viabilizar os processos subjacentes às políticas públicas em torno da formação docente.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. A produção acadêmica sobre formação docente: um estudo comparativo das dissertações e teses dos anos 1990 e 2000. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**. Autêntica, v. 1, n. 1, p. 41-56, ago./dez. 2009.

BARROSO, João. O Estado, a Educação e a Regulação das Políticas Públicas. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 92, p. 725-751, Especial - Out. 2005. Disponível em: .

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 2. Ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2001.

BRASIL, Lei nº9394/96, de 20.12.2006. **Estabelece as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional**. Diário oficial da União. Brasília: 1996.

_____, Resolução CNE/CP 1/2006. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia**. Diário Oficial da União, 16/05/2006.

_____, **Referenciais de Qualidade para a educação superior a distância**. Brasília: agosto de 2007.

_____, MEC/INEP. **Resumo Técnico censo da Educação Superior de 2009**. Brasília: DF, 2010.

GATTI, Bernadete Angelina. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

_____; Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n.113, p. 1355-1379, out./dez. 2010.

_____; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em:

GARCIA, Dirce Maria Falcone. Educação a distância, tecnologias e competências no cenário da expansão do ensino superior: pontuando relações, discutindo fragilidades. Trabalho publicado nos **Anais da 31ª reunião da Anped**. Caxambu/MG, 19 a 22 de outubro de 2008.

GARCIA, Walter Esteves. Direito à Educação: financiamento e Estado. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. **Políticas Públicas de Educação na América Latina: lições aprendidas e desafios**. Campinas/SP: Autores Associados, 2011. P. 393-403.

GILOLO, Jaime. Educação a distância: tensões entre o público e o privado. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 31, n.113, p. 1271-1298, out./dez. 2010.

_____. A educação a distância e a formação de professores. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 29, n. 105, p. 1211-1234, set./dez. 2008.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2000.

LOPES, Luis Fernando; PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. **Formação** de professores a distância: princípios orientadores. Trabalho publicado nos **Anais da 34ª reunião da Anped**. Natal/RN, 02 a 05 de outubro de 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo a política de Estado: Reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011. Disponível em

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas públicas em educação e a pesquisa acadêmica. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana (Org.). **Políticas Públicas e Educação: regulação e conhecimento**. 1. Reimpressão. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. P.71-89. ISBN: 978-85-8054-012-3. Coleção Edivcere.

OLIVEIRA, Daniela Motta de. Educação a distância e formação de professores em nível superior no Brasil. Trabalho publicado nos **Anais da 32ª reunião da Anped**. Caxambu/MG, 04 a 07 de outubro de 2009.

PRETI, Oreste. **Educação a distância: fundamentos e políticas**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

_____. Educação a Distância e globalização: tendências e desafios. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 79, n. 191, p. 19-30, jan./abr. 1998.

SILVA, Maria Abádia da. A questão docente nas políticas públicas. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da. **Políticas Públicas de Educação na América Latina: lições aprendidas e desafios**. Campinas/SP: Autores Associados, 2011.

[1] Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Membro do grupo de Estudos e Pesquisa Didática, Formação e Trabalho Docente (DIFORT/CNPq). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). **Orientador:** Claudio Pinto Nunues. E-mail: Jussara.borges@yahoo.com.br

[2] A esse respeito ver o artigo PRETI, Oreste. Educação a Distância e globalização: tendências e desafios. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 79, n. 191, p. 19-30, jan./abr. 1998.